

A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira

Sandra Aparecida Serra Zanetti
Isabel Cristina Gomes

*Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil*

RESUMO

O presente artigo se dispõe a discutir sobre interferências do contexto histórico e sociocultural brasileiros na estruturação da família contemporânea, mais especificamente, na construção do fenômeno da “fragilização dos papéis parentais”. Partimos da literatura que constata mudanças de valores na formação da família contemporânea, que culminaram por desalojar o princípio de autoridade parental nas configurações familiares da atualidade, e demonstraremos como interferências originadas da história, das ciências e das condições socioculturais contemporâneas foram capazes de retirar dos pais um saber que, a priori, lhes pertencia. Finalmente, analisaremos as decorrências desta discussão temática para a construção de novas configurações subjetivas.

Palavras-chave: Papel dos pais; permissividade dos pais; família contemporânea.

ABSTRACT

The absence of the principle of authority in Brazilian contemporary family

This article intends to discuss the interferences of historical, social and cultural Brazilian context in the contemporary family structuring process, more specifically, in the construction of the phenomenon “Weakening of parental role”. According to literature, the changes of values in the contemporary family shaping culminated in displacing the principle of parental authority in today’s family settings; furthermore, we demonstrate how interferences from history, science and contemporary social and cultural conditions were able to withdraw one ‘know how’ from parents, the one which previously belonged to them. Finally, we will examine the consequences of this discussion for the construction of new subjective settlements.

Keywords: Parental role; permissiveness of parents; contemporary family.

RESUMEN

La ausencia de principio de autoridad en la familia contemporánea brasileña

Este artículo pretende discutir las interferencias del contexto histórico y sociocultural brasileños en la estructuración de la familia contemporánea, de manera más específica, en la construcción del fenómeno de la “fragilización de las funciones parentales”. Partimos de la literatura que señala cambios de valores en la formación de la familia contemporánea que llevaron a desalojar el principio de autoridad parental en las configuraciones familiares de la actualidad, y demostraremos cómo las interferencias de la historia, de las ciencias y de las condiciones socioculturales contemporáneas fueron capaces de sacar de los padres un conocimiento que, a priori, les pertenecía. Por último, analizaremos las repercusiones de esta discusión temática para la construcción de las nuevas configuraciones subjetivas.

Palabras clave: Rol de los padres; permisividad de los padres; familia contemporánea.

A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Roudinesco (2003), baseando-se no trabalho de Lévi-Strauss (1956), afirma que foi no seio das duas grandes ordens, a do *biológico*, através da diferença sexual e a do *simbólico*, através da proibição do

incesto e outros interditos, que se desenrolaram durante séculos não apenas as transformações próprias da instituição familiar, como também as modificações do olhar para ela voltado ao longo das gerações. No entanto, considera, ainda a partir de Lévi-Strauss, que durante estas transformações foi possível perceber uma variedade infinita de modalidades de arranjos e or-

ganização familiares, embora nem todas duradouras e, portanto, esta autora compreende a necessidade de não somente definir a família sob o ponto de vista antropológico, mas também saber qual a sua *história* para que se possa analisar qualquer modificação na atualidade.

De uma forma ampla, Roudinesco (2003) nos assegura que podemos distinguir *três grandes períodos* na evolução da família: a *primeira* fase se consistiu na família dita ‘*tradicional*’, onde a função estava, acima de tudo, em assegurar a transmissão de um patrimônio. Nesta perspectiva, a ‘*célula familiar*’ repousava em uma ordem submetida a uma autoridade patriarcal, “*verdadeira transposição da monarquia de direito divino*” (p. 19). Numa *segunda* fase, a família passou a ser dita ‘*moderna*’, que se tornou “*o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX*” (p. 19). Esta ‘*célula familiar*’ estava fundamentada no ‘*amor romântico*’ e sancionava a reciprocidade dos sentimentos dos desejos sexuais por intermédio do casamento. E, finalmente, na *terceira* fase, a partir dos anos 1960, impõe-se a família dita ‘*contemporânea*’ ou ‘*pós-moderna*’. Esta família une dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual e se assemelha a *uma rede fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionando* (Roudinesco, 2003).

Araújo (1993), debruçando-se num estudo que procurou investigar as *transformações atuais da família no Brasil*, nos assegura que a *ideologia individualista* na vertente ‘*psicologizante*’ realmente foi incorporada à família brasileira, principalmente nos seguimentos médios urbanos. “*Essa vertente atribuiu um alto valor à individualidade, à liberdade e à igualdade nas relações pessoais, às escolhas individuais e aos aspectos subjetivos. A busca do igualitarismo nas relações pessoais aparece como um ideal perseguido pelas famílias desse seguimento social*” (p. 181).

Esta mesma autora nos garante que o movimento feminista, que se instala no cenário internacional por volta da década de 60 – empenhado na luta pela liberdade e igualdade entre os sexos, contestando todas as formas de hierarquia e discriminação social, e lutando pela redefinição do papel da mulher na sociedade –, teve fundamental importância no processo de transformação e modernização da família, em que os ideais de igualdade passaram a substituir os de autoridade e hierarquia na família:

A reivindicação da igualdade, direito à liberdade sexual, fim do padrão moral da virgindade, controle da função reprodutiva, fim da autoridade exclusiva do homem dentro da família, igualdade de direitos políticos e civis, incluindo mudanças na legislação familiar e trabalhista, levaram a família

gradativamente a se reorganizar em função dos novos padrões (Araújo, 1993, p. 50).

Na década de 70, o culto à droga e a chamada revolução sexual que predominava na cultura da juventude brasileira, especificamente entre os jovens dos seguimentos médios urbanos, levava-os a assumir uma postura de distanciamento em relação à qualquer reflexão crítica ou participação política, e os focava numa busca pelo prazer e na vivência de novas formas de relacionamento afetivo-sexual. Para Araújo (1993), estes aspectos levaram a família a rever seus padrões de moralidade e sexualidade, pois identificada como uma instituição autoritária, conservadora e repressora, tornou-se alvo de questionamentos.

Soma-se a este contexto o fato de os anos 70 estarem marcados pelo ‘*milagre econômico*’, pelo ‘*obscurantismo*’, pela censura, a repressão e a tortura de presos políticos. Alguns autores apontam que este cenário político providenciou solo fértil à difusão da *Psicanálise* às camadas médias letradas dos grandes centros urbanos brasileiros, que já os vinha conquistando desde os anos 30 (Russo, 2002). Assim como Araújo (1993), Russo (2002) admite a ideia de que essa busca ‘*por si mesmo*’ invadindo a cultura brasileira pode ser atrelada ao fechamento político da época, que dificultava às pessoas se posicionarem ou explorar o ambiente cultural, social ou político.

Há que se ressaltar ainda que em decorrência da melhoria da qualidade de vida da população nesta época houve uma série de implicações e modificações no estilo de vida destas pessoas, o que promoveu e sustentou a interferência da psicanálise e da psicologia nos setores médios; bem como, a incorporação dos valores ‘*modernos*’ pela família: com a ascensão social, “*o distanciamento do universo de origem, do indivíduo ou da família, é inevitável, assim como o contato com valores, usos e costumes, não apenas diferentes, mas mais modernos e ‘cosmopolitas’*” (Russo, 2002, p. 42). Para esta autora, o “*desenraizamento com relação ao meio de origem e o contato com valores emergentes na sociedade industrial moderna levam ao questionamento e, no limite, à desestabilização dos modelos tradicionais da família, de masculinidade, de feminilidade, de respeito aos mais velhos etc.*” (pp. 42-43).

Para Araújo (1993), embora a política recessiva estabelecida no Brasil a partir da década de 80, com a escalada inflacionária, o desemprego e a queda do poder aquisitivo entre os seguimentos médios da população, o ideal de igualdade na família se manteve e foi reforçado pela necessidade que esta instituição apresentou de recorrer ao auxílio financeiro da mulher, que trabalhando ajudaria a garantir o padrão de consumo conquistado no período anterior.

De modo mais geral, a modernização da sociedade, segundo Carneiro (1987), desencadeou um processo de individuação que se contrapôs à força ‘englobadora’ da família, provocando um afrouxamento de sua função de controle e a perda do monopólio enquanto agência socializadora. A submissão dos indivíduos a outras autoridades, por sua vez, provocou a fragilização do poder do homem enquanto pai e marido acarretando, inclusive, no esvaziamento de seu papel enquanto controlador da sexualidade feminina, abrindo um espaço para seu afloramento. “A mulher surge como ser desejante e, enquanto tal, passa a representar uma fonte de ameaça à hierarquia familiar” (p. 80).

Chegando à década de 90, Ribeiro e Ribeiro [1993?] consideram a forte interferência ‘das ciências do comportamento’ na formação dos valores da família contemporânea brasileira. Estas autoras apontam para a incorporação de valores relacionados a “[...] um olhar mais atento para as diferenças individuais, um ideário de carinho e maior envolvimento emocional, um respeito mais acentuado à autonomia dos indivíduos, uma aspiração de mais frequente diálogo na convivência” (p. 349).

Esses novos valores associados à família contemporânea destacam a não-hierarquização nas relações pais e filhos como promotora de uma forma ideal de estabelecer as relações familiares. Essas autoras apontam que há uma profunda tendência nas relações familiares atuais brasileiras em considerar que um conflito deva ser ‘tendencialmente absorvido’: “tratar-se-ia de formas de domesticação do uso da autoridade, através da influência contemporânea alcançada pelas ciências do comportamento” (p. 351).

De acordo com Prizskulnik (2002), nesse final do século XX e início do século XXI, podemos afirmar que a criança se tornou ainda mais o centro das atenções e das preocupações dos adultos:

A educação, a saúde, o bem-estar, as relações entre pais e filhos, etc. são assuntos constantes em periódicos científicos, em revistas semanais, em artigos de jornais, em reportagens na televisão e, nos dias de hoje, em *sites* na Internet. Esses especialistas, muitas vezes indicam como tratar a criança, como falar com ela, como agir com ela, etc., e essas indicações, frutos de pesquisas científicas, podem interferir de tal maneira no relacionamento entre adulto e criança que acabam levando muitos pais a desconfiarem de sua competência para educar um filho (Prizskulnik, 2002, p. 15)

O DISCURSO DA CIÊNCIA E A FRAGILIZAÇÃO DOS PAPÉIS PARENTAIS

Cunha (1997) sugere que, com o passar dos tempos, houve um *processo de invasão* do espaço privativo

dos pais que levou estes a se despojarem da missão de educar a prole. Este autor atribui a este fato aspectos da sociedade moderna, vinculado à sua característica de ‘especialização de tarefas’, promovendo um processo de invasão da instituição da família em nome de um saber especializado sobre esta criança, como já apresentamos acima.

Estes ‘saberes especializados’, de acordo com Canevacci (1985), decorre das primeiras décadas do século XIX quando começou a se difundir por toda a Europa uma nova metodologia da pesquisa científica: o espírito de especialização. Para este autor, este espírito de especialização “deixou de lado completamente a concepção do ser humano como totalidade” (p. 13) e acrescenta que a conclusão de cada especialização singular, fechada em si mesmo, é falsa, “porque – se toda parcela do homem ou da sociedade é articulada em sua essência com a totalidade – o espírito de especialização só pode chegar a uma verdade capenga, à ‘verdade funcional’ de um aspecto individual, metodologicamente separado das necessárias conexões mais gerais” (Canevacci, 1985, pp. 14-15).

Retomando Cunha (1997), este também considera que o discurso proveniente de avanços científicos sobre a educação tomou conta dos domínios pedagógicos, transformando a tarefa de educar em uma ciência especializada, com seus problemas e sua técnica particular. No entanto, diante deste fenômeno, o que podemos supor é que os especialistas não perceberam é que esta forma de interferência teria suas consequências: contribuiu para a idéia de que o saber natural dos pais ficasse desqualificado em relação ao dos especialistas e, desta forma, também retirava dos pais a autoridade inerente sobre seus filhos, pois esta se justificava quando podiam se responsabilizar inteiramente pela educação deles.

Contudo, compreendemos que as funções e papéis parentais são estruturas que têm a finalidade de transmitir aos filhos a própria cultura, que ordena lugares e dá aos pais o poder da autoridade, na medida em que se responsabilizam por esta tarefa, fundamental para o desenvolvimento da sociedade, portanto. E diante deste tipo de interferência, algo desta finalidade da transmissão cultural se perde.

De acordo com Kamers (2006), o que assistimos atualmente é um inflacionamento do imaginário circunscrito ao que seriam as funções parentais. Uma vasta literatura circula socialmente provocando uma proliferação de pais desesperados que não se autorizam com seus filhos. Em nome de uma educação idealizada, estes pais não se sentem no direito de vir errar com a criança. Ou seja, esta situação implica numa renúncia do adulto em assumir a responsabilidade de introduzir a criança no mundo e garantir sua continuidade.

E, com isso, não cumprem com a tarefa de garantir a transmissão da Lei necessária à vida civilizada, *necessária à manutenção da cultura* (Arendt, 2001).

Para Del Priori (1992) podemos ler este fenômeno da proliferação dos discursos especializados sobre a criança enquanto algo de uma ‘reação violenta’ da sociedade científica contra um posicionamento em que os pais não consideravam as crianças plenamente enquanto cidadãs. A preocupação maior destes ‘discursos especializados’ estava em buscar sensibilizar os pais acerca da necessidade de maiores cuidados em relação a seus filhos, mas acabaram por providenciar um sentimento exacerbado em que, atualmente, a criança é colocada no lugar de protagonista e de quem decide sobre seu futuro.

Nossa leitura deste movimento no universo intelectual sobre a infância nos faz pensar que em busca de relações mais igualitárias entre os sexos e isenta de repressões sexuais, diversos autores e profissionais especializados, procurando propiciar melhores condições de vida aos novos seres humanos, acabaram se confundindo entre um combate ao autoritarismo e o princípio de autoridade, que passaram a ser concebidos sem distinção nos lares, de modo que ambos passaram a ser atacados e questionados.

Lebrun (2004) considera que a sobrevivência do discurso da ciência, que subverteu profundamente o equilíbrio até então em jogo na família, surgiu para acabar de vez com o poder da autoridade paterna, proporcionando um deslocamento do posicionamento de autoridade para o de responsabilidade.

O autor considera que desde que a autoridade da Igreja passou a ser contrariada pela da ciência, a legitimidade que a onipotência de Deus autorizava passou a ser questionada pela legitimidade permitida pela cientificidade: foi “o início do fim de uma legitimidade fundada na autoridade do enunciador em benefício de uma legitimidade fundada na autoridade concedida pela *coerência interna dos enunciados*” (Lebrun, 2004, p. 53, grifos nossos).

O próximo passo neste avanço da ciência foi a chegada do ‘tecnocientífico’, aponta o autor, processo “que impõe suas leis próprias vinculando implicitamente seus pressupostos e altera, por isso, tanto o bom senso quanto o sentido do limite” (p. 67-8).

Lebrun (2004) ainda nos acentua que o lugar central que acabou tomando a ciência em nossa sociedade promove uma organização social sem referência, já que tudo se equivale na medida em que novos balizamentos ainda não foram validados. Diante deste contexto, ressalta a dificuldade crescente dos pais em dizer “não!”. Essa dificuldade, segundo ele, não deixa de estar relacionada com o fato de que os pais esperam ser ajudados pelo social: esperam que o social venha

ratificá-los em seu dizer. No entanto, complementa, o que constatamos é que esta dificuldade em dizer ‘não!’ contaminou primeiramente o social.

De uma forma geral, o autor acima afirma que a introdução da ciência moderna progressivamente deslegitimou o argumento da autoridade. Restou-nos somente a autoridade dos enunciados, que procura o sonho de fazer desaparecer o registro da incerteza, “de nos livrar do mal-estar inerente à existência, de nos curar de sermos humanos” (p. 157). Um movimento que, segundo o autor, primeiramente abala o lugar daquele que sempre teve o encargo de sustentar a enunciação, o pai. E em segundo lugar nos faz herdar um novo modelo de configuração: dirigir-se ao saber como ao pai. Ou seja, estamos diante de uma sociedade que assumiu a ciência no lugar da função paterna.

Diante de tudo, importa-nos pensar que estes são os pais contemporâneos e que, como consequência destes fatores, hoje não há referências claras da importância e necessidade de se manter vivo o *princípio de autoridade* nas relações dos pais com seus filhos.

Diversos autores têm apontado para a existência deste fenômeno; bem como, suas consequências. Wagner (2003) nos assinala que é fato comum, atualmente, pais e mães sem referências claras do que deveriam fazer em questões simples do cotidiano. E como as regras da educação não estão claras para os pais, *tornam-se inconsistentes diante dos filhos*. As relações de poder que historicamente se estabeleciam de forma hierárquica, na qual o pai detinha a autoridade e era reforçado pela mãe, estão diluídas, afirma a autora. E esta posição inconsistente dos pais os tornam mais vulneráveis às ideias difundidas sobre as *novas teorias e alternativas de educação*. Portanto, um sentimento de culpa, afirma Wagner (2003), os domina funcionando como um paralisante, principalmente no que se refere à situações que exigem que os pais coloquem um limite.

Segundo Romanelli (2000), as relações de autoridade e poder na família devem se constituir como elementos ordenadores da cena doméstica, definindo posições hierárquicas, direitos e deveres específicos, porém desiguais. A autoridade reporta-se a experiências comuns vividas no passado e seu exercício visa preservar posições hierárquicas já estabelecidas e que fazem parte da tradição de comando no interior de um grupo ou associação. No entanto, segundo este autor, a rapidez das mudanças que afetam a família tornam o saber acumulado pelo pai inadequado para fazer face a situações novas, que não foram vividas por ele e sobre as quais sua experiência é nula, de modo que, muitas vezes os filhos transmitem aos pais saberes e novos modelos de conduta. Em consequência, em circunstâncias da redução de autoridade no interior da família, este autor nos diz, que este ponto contribui de modo

decisivo para que os filhos assimilem a posição de ‘sujeitos de direitos’, dentro e fora da unidade doméstica, ficando em segundo plano a condição de ‘sujeitos de deveres’. “Assim, a ação socializadora das famílias de camada média, que é fruto de mudanças em sua estrutura, concorre para que o individualismo dos filhos prevaleça sobre as aspirações de cunho coletivo” (p. 87).

De acordo com Wagner (2003), a família passa por um momento de perda de referenciais, onde modelos recebidos nas gerações anteriores parecem obsoletos e novas estratégias ainda não parecem eficazes. Em sua opinião é comum que os pais tenham necessidade de não repetir os padrões educativos recebidos em suas famílias de origem porque se trata de um processo onde o desejo está em não reeditar os erros de sua própria educação, mas buscar favorecer as novas gerações com melhores condições de bem-estar, e neste processo, os pais tendem, muitas vezes, criar parâmetros idealizados de como educar.

CONDIÇÕES SOCIOCULTURAIS E A CULTURA DO NARCISISMO

Dentre muitos outros autores, Lasch (1991) nos aponta que a família é a instituição que atua como principal *agente de socialização* e quem reproduz padrões culturais no indivíduo. “Não só confere normas éticas, proporcionando à criança sua primeira instrução sobre as regras sociais predominantes, mas também molda profundamente seu caráter utilizando vias das quais nem sempre ela tem consciência” (p. 25).

Devido sua importância, mudanças ocorridas em seu tamanho e estrutura, em sua organização emocional e *em suas relações com o mundo externo* têm enorme influência sobre o desenvolvimento da personalidade, nos aponta este autor. E, por sua vez, as mudanças na estrutura do caráter acompanham ou sustentam as mudanças na *vida econômica e política*. “O desenvolvimento do capitalismo e o surgimento do Estado se refletem no interior do indivíduo” (Lasch, 1991, p. 26).

Segundo Caniato (2000), a cultura da atualidade sustenta uma violência estrutural, dita democratizante, pautada num autoritarismo econômico disseminado pela globalização, cujos efeitos são promover a ganância e a exclusão social em todos os países do planeta, exacerbando a *competição individualista* que se potencializa e se nutre do ‘salve-se quem puder’, *impondo* condições de vida aos indivíduos que apenas priorizam as necessidades do mundo econômico, além de sedimentar a impotência individual e a apatia dos grupos na culpabilidade de suas mazelas e fracassos psicossociais.

Dentro deste cenário, ainda de acordo com Caniato (2000), o poder hegemônico organiza-se através da *mídia* na tentativa de aquietar a massa crescente de excluídos com a *ilusão da igualdade de direitos* e participação sociais. Cabe a esta política engendrar a ‘indústria do entretenimento’ para conter e manter passivos os excluídos, que ociosos riem diante de suas próprias desgraças veiculadas na mídia humorística, sustenta a autora.

Dentre as consequências do autoritarismo econômico e da violência social está a *exacerbação do individualismo* numa cultura da competição desenfreada, afirma Caniato (2000). Nesta sociedade o indivíduo solitário é responsável pela sua performance e a de seus empreendimentos, e o resultado não poderia ser outro, tal como refere autora, senão a redução narcísica perversa e o enclausuramento na sua destrutividade psíquica.

Estes aspectos culminam por interferir na constituição das famílias e dos indivíduos. O mecanismo de culpabilização de cada um por tudo aquilo que não se pôde conquistar, numa sociedade de extrema valorização por aquisições e conquistas pessoais, além de competitiva, vem ao encontro do fenômeno em que nos debruçamos a estudar, já que pais que carregam consigo a expectativa de alcançar um ideal nesta prática, influenciados pelos ‘discursos especializados’, e que não se sentem em condições de dar aos filhos tudo aquilo que eles querem, ou acham que precisam, devem se sentir, por isso, culpados. Podemos compreender, dentro desta dinâmica ainda, que da mesma forma a culpa deve surgir quando se deparam com o fato de que os filhos passam mais tempo em escolinhas e creches, diante da televisão, com suas professoras e babás do que com eles próprios, pois, imersos neste sistema, precisam trabalhar muito. Este sentimento de culpa acaba, por sua vez, interferindo imensamente na dinâmica das relações parentais porque funciona como um paralisante diante do medo de ressentimento dos filhos, e o princípio de autoridade é substituído por um posicionamento inadequado diante da dívida que carregam.

Além destes aspectos, estas condições socioeconômicas de existência podem interferir em formas de construções de vínculo que perpassados por questões e aquisição de valores relacionados à individualidade, liberdade, igualdade de direitos, falta de confiança no grupo social etc, também podem influenciar no estabelecimento de laços familiares. Retomando Ribeiro e Ribeiro [1993?], que nos asseguram que os novos valores da família se articulam com um caráter idealizado de cuidados, de respeito à autonomia e às individualidades, podemos conjecturar que essas foram as formas que ‘individualismo’, ‘igualdade de direitos’

e ‘narcisismo’ têm se apresentado na família. E, diante disto, ainda poderíamos entender este processo como – efeitos de uma sociedade pouco compromissada com o próximo que, refletida na família, assume esse caráter de ‘emergência de cuidados’ – mas que efetivamente não ocorre, porque os pais estão tomados pelo ideal e, na prática, não se implicam nesta tarefa de educar.

Diante deste panorama, a família contemporânea, sob influência destes valores, pode acabar por se tornar um grupo em que as relações se estabeleçam de maneira menos profunda ou, ainda, que seus elementos se tornem pouco sensível às causas daqueles que a compõem, proporcionando novos padrões de relacionamento para as futuras gerações, que, enquanto crianças podem crescer com uma liberdade de caráter duvidoso, isentos de critérios solidamente estabelecidos, pouco compromissados com o próximo e imersos em suas preocupações de ordem narcísica.

Lasch (1986), embora não pretenda se arriscar em amplas generalizações, aborda alguns fatos em torno deste tema e nos afirma, dentre outras colocações, que a ausência ‘emocional’ do pai consiste na remoção “de um obstáculo significativo à ilusão infantil de onipotência” (p. 176). Segundo ele, a nossa cultura faz mais que remover este obstáculo, ela fornece um suporte positivo, *na forma de uma fantasia coletiva de igualdade entre as gerações*. Conjectura que há em nossa cultura a existência de um desejo de reunir o *ego* ao *ideal de ego*. Em conformidade com Lebrun (2004), coloca a ‘ciência’ como entidade que ajudou a reativar um desejo de restabelecimento das ilusões infantis de onipotência; já que, segundo ele, esta reforça a ideia de que tudo é possível.

Dando seguimento, Lasch (1986) conclui que as condições de igualdade pretendidas, que ofuscam o poder de autoridade paterno, bem como, as formas de relações entre os membros da família perpassados por suas condições narcísicas, proporcionam formas de relação regredidas baseadas no medo da separação e na tentativa de suprir toda e qualquer necessidade, ainda que de maneira ilusória. Indivíduos que, quando pais, providenciam às crianças um processo de crescimento que pouco precisa se haver com os limites do mundo, tornando-as cada vez mais incapazes de lidar com ele. Ou seja, fatores que, concordamos, têm propiciado às famílias formas de organização frágeis, em que o fenômeno da ‘fragilização dos papéis parentais’ é somente mais uma das vertentes deste processo.

Se retomarmos Freud (1914b/1969) o amor dos pais, no fundo ‘tão infantil’, segundo o autor, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, revela sua natureza anterior. No entanto, se transpusermos esta leitura para a ‘cultura do narcisismo’, baseando-se em tudo

que já foi exposto até aqui, poderíamos compreender que a criança, que já se encontra sob os desígnios provenientes do amor narcísico dos pais, assume hoje o lugar do ser ideal, que, como objeto de projeções, torna-se o ser na família capaz de realizar todas as frustrações destes pais, alguém, portanto, a quem não se pode nunca frustrar.

Para Kehl (2001), na cultura do narcisismo os filhos podem ser a esperança da imortalidade e perfeição e os adultos querem se recuperar narcisicamente à custa de seus filhos. Kamers (2006) afirma que a recusa dessa transmissão geracional faz com que o adulto passe a sustentar sua existência individual na *imagem ideal* de uma criança, “depositária da capacidade de encarnar o reverso especular do adulto: ser o *adulto que eu não fui* a quem de fato e de direito nada poderia faltar” (p. 119). Para ela, na “tentativa de equacionamento das faltas e feridas narcísicas próprias do homem moderno, este se endereça à criança na tentativa de equacionar o mal-estar próprio de sua condição humana” (p. 119).

À vista disto tudo, o que temos é que o adulto acaba por recusar a sua responsabilidade diante deste mundo, negando à criança a possibilidade de ser introduzida nele (Kamers, 2006). Esta autora ainda defende a ideia de que atualmente assistimos a uma espécie de delírio de exclusão da sustentação simbólica necessária para a humanização da criança. ‘Delírio’, que, segundo ela, está fundado na ilusão de que o adulto poderia intervir de uma forma adequada, ideal, junto à criança. E nisso consiste a ilusão de que seria possível “poupá-la” dos interditos necessários à cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo teórico apresentado acima nos leva a refletir sobre o futuro das relações e formação de novas subjetividades numa sociedade em que vivemos uma etapa de transição nos valores associados à construção da parentalidade, em que autoritarismo e autoridade se confundem, gerando uma fragilização nos papéis parentais.

Autores como Adorno e Horkheimer (1985), admitem que a família regida pelos valores de hierarquia e autoridade formava indivíduos com um “espírito de independência, de amor pela livre escolha e de disciplina interior; que sabiam manifestar e praticar tanto a autoridade como a liberdade” (p. 221). No contexto atual consideram que quando a criança descobre que o pai não personifica absolutamente a força, a justiça e a bondade e, sobretudo, que não concede a proteção que ela inicialmente espera dele, esta criança “não pode mais se identificar por muito tempo com o pai, não pode efetuar aquela interiorização das exigências colocadas na família, a qual, *apesar de todos os seus aspectos*

repressivos, contribuía decididamente para a *formação do indivíduo autônomo*” (p. 221, grifos nossos). E como consequência, alertam que os jovens, frutos deste tipo de educação, tendem a se submeter a qualquer autoridade, “não importa o seu conteúdo, contanto que ela ofereça *proteção, satisfação narcisista, vantagens materiais* e a possibilidade de desafogar em outros o sadismo no qual encontram respaldo a *desorientação inconsciente e o desespero*” (p. 222, grifos nossos).

Se o sujeito contemporâneo é fruto da soberania do ‘saber científico’ sobre o ‘saber vivencial’ e do modelo tecnológico, aplicado à relações interpessoais teremos então um sujeito que se demite da sua posição de sujeito, que se submete totalmente ao sistema que o comanda, que não se autoriza a pensar. Esse sujeito encontra-se diante da dificuldade específica de poder sustentar sua enunciação própria, privado do apoio do pai e da legitimidade da autoridade da tradição. E, como só pode se referir a saberes, mas como estes estão cada vez mais importantes, fica-lhe difícil de tomar uma decisão a partir dos conhecimentos, de se autorizar um julgamento (Lebrun, 2004) já que se torna alguém incapaz de realizar produções criativas com autonomia para desenvolver seu próprio processo de conhecimento.

Fleig (2000), concordando com o posicionamento de Lebrun (2004), admiti que o desenvolvimento da ciência abalou o lugar de autoridade, produzindo uma radical subversão da possibilidade do exercício da função paterna que inaugura, além de novas formas de laço social, novas patologias. Consequentemente, considera que podemos perceber já instalado na sociedade subjetividades marcadas pelo enfraquecimento da responsabilidade, desaparecimento do sentido comum dos limites, obscurecimento da faculdade de julgar e de estabelecer uma hierarquia de valores (Fleig, 2000), promovendo novas formas de relações sociais e um futuro incerto. Além disso, supomos que, se os pais não se encarregam mais de transmitir a cultura aos filhos, nossa própria cultura se encontra em questão.

Para concluir, a temática correspondente às mudanças nas relações familiares oriundas da contemporaneidade vem produzindo uma vasta literatura bibliográfica nas ciências humanas, em geral. A família contemporânea encontra-se em des(ordem) e novas formas de subjetivação estão presentes nas constituições psíquicas dos indivíduos.

Contudo, consideramos que estas constatações não podem ser associadas às visões saudosistas e/ou preconceituosas, no sentido de gerar uma retomada do tradicional como sinônimo de ‘ideal’ e o novo sendo colocado como discutível ou ‘patologizável’.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). Sociologia da família. In M. Canevacci (Org.). *Dialética da família. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva* (pp. 210-222). São Paulo: Brasiliense.
- Araújo, M. F. (1993). *Família igualitária ou democrática? As transformações atuais da família no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Arendt, H. (2001). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Canevacci, M. (1985). Introdução. In M. Canevacci (Org.). *Dialética da família. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva* (pp. 13-52). São Paulo: Brasiliense.
- Caniato, A. M. P. (2000, dezembro). Da violência no ethos cultural autoritário da contemporaneidade e do sofrimento psicossocial. In *PSI – Rev. Psicologia e Sociedade e Instituição*, 2, 2, 197-215.
- Carneiro, M. J. (1987). A desagradável família de Nelson Rodrigues. In S. A. Figueira (Org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira* (pp. 69-82). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Cunha, M. V. (1997, novembro). A desqualificação da família para educar. In *Cadernos de Pesquisa*, 102, 46-64.
- Del Priori, M. (1992). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Figueira, S. A. (1987). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Fleig, M. (2000). A tese do declínio da imagem social do pai e o deslocamento da autoridade. In L. de Lajonquière, & M. C. M. Kupfer (Orgs.). *A psicanálise, a educação e os impasses da subjetividade no mundo moderno*. In *Anais do II Colóquio do Lugar de Vida – LEPI* (pp. 21-30). São Paulo: Editora da USP.
- Freud, S. (1914b-1969). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (Vol. XIV: pp. 77-108). Rio de Janeiro: Imago.
- Kamers, M. (2006, dezembro). As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Estilos da Clínica*, 11, 21, 108-125.
- Kehl, M. R. (2001). Lugares do Feminino e do Masculino na família. In M. C. Comparato, & D. S. F. Monteiro (Orgs.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: família e sociedade – diálogos interdisciplinares* (pp. 29-38). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lasch, C. (1986). *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense.
- Lasch, C. (1991). *Refúgio num mundo sem coração*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lebrun, J-P. (2004). *Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lévi-Strauss, C. (1956). La famille. In C. Lévi-Strauss. *Textes de et sur Claude Lévi-Strauss*. Paris: Gallimard.
- Prizskulnik, L. (2002). A criança que a psicanálise descortina: algumas considerações. In D. De Rose Júnior (Org.). *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar* (pp. 11-23). Porto Alegre: ArtMed.
- Ribeiro, A. C. T., & Ribeiro, I. [1993?]. *Família e desafios na sociedade brasileira: Valores como um ângulo de análise*. São Paulo: Edições Loyola.

- Romanelli, G. (2000). Autoridade e poder na família. In Carvalho, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDU/Cortez.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Russo, J. (2002). *O mundo Psi no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Wagner, A. (2003). A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 27-33). São Paulo: Loyola.

Recebido em: 29/06/2008. Aceito em: 23/07/2009.

Autoras:

Sandra Aparecida Serra Zanetti – Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Isabel Cristina Gomes – Livre-Docente e Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Enviar correspondência para:

Sandra Aparecida Serra Zanetti
Rua Guairá, 51, apto 52 – Saúde
CEP 04142-020, São Paulo, SP, Brasil
E-mail: sandra.zanetti@gmail.com